

A APROPRIAÇÃO JUVENIL DA CIDADE E SEU REFLEXO NOS ATOS INFRACIONAIS

Marina Lopes Barbosa

Graduanda em Serviço Social – UFJF

1. Introdução

O presente artigo apresenta os resultados obtidos por uma pesquisa chamada “Análise dos Autos de Representação do Ministério Público do Juizado da Infância e Juventude de Juiz de Fora”, que foi demandada pela Comissão de Medida Sócio-Educativas do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA-JF). Tal pesquisa foi realizada pelo grupo “Geração Trabalho e Espaço” da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Possuía como objetivo delimitar um perfil dos adolescentes que cometeram algum ato infracional e que foram autuados pelo Ministério Público, além de analisar suas condições de vida e as circunstâncias dos atos cometidos.

Para a realização da pesquisa foi elaborado um questionário para coleta de dados, que era preenchido a partir das informações presentes nos autos de representação. Assim foram coletadas informações como: sexo, idade, local de moradia, local de ocorrência dos atos, bem como também foram coletadas informações a respeito dos atos em si – motivação do ato, horário, se no momento o jovem estava sozinho/grupo/dupla. Como cada jovem recebeu um número de identificação foi possível analisarmos a reincidência deles. Foram coletadas também informações a respeito da presença do jovem no Ministério Público e a recomendação do promotor.

Durante os meses de outubro e novembro de 2009, foi realizada a elaboração do questionário, que mediante autorização do Ministério Público, foi aplicado a partir de junho do ano seguinte. Os dados foram coletados pelas bolsistas de Iniciação Científica e Projeto de Extensão. Os autos analisados foram os referentes aos anos de 2009 a 2006. Obtivemos um total de 989 questionários, representando 1357 adolescentes. Os dados foram analisados durante os meses de janeiro e fevereiro de 2011 a partir de uma plataforma do SPSS, onde os dados foram lançados.

É a partir dos dados obtidos na pesquisa que buscamos fazer uma análise a respeito da reincidência desses jovens, bem como uma discussão sobre a sua apropriação da cidade. Em um primeiro momento, trataremos a respeito da categoria social “juventude”, passando por

discutir a territorialização das cidades, mostrando a experiência que estes jovens tem, e o reflexo nos jovens.

É importante destacar que essa pesquisa faz parte de uma linha de continuidade de um estudo maior que trata dos destinos possíveis que os jovens podem seguir. Heller (1987) trata sobre a inflexão dos destinos que os jovens assumem na contemporaneidade. Os destinos seriam: jovens trabalhadores, jovens usuários da assistência social e os jovens capturados pelas redes ilegais do tráfico e do crime organizado, que são os jovens analisados aqui.

2. Um olhar sob a juventude

Nesse momento se faz necessário discorrer um pouco sobre a categoria juventude, uma vez que os autores que se debruçam a respeito desse tema a enxergam de formas diferenciadas.

Os estudos a respeito dessa categoria se iniciam na década de 60 e 70, apresentando uma discussão sobre como *são* os jovens, enquanto a discussão sobre *o que é* a juventude se inicia na década de 90. Inicialmente, a juventude só existe para as famílias elitizadas, restando aos jovens pobres o estigma de serem marginalizados. A juventude é uma categoria social que vem se construindo ao longo dos tempos e vem sofrendo alterações de acordo com o período histórico, por isso possui diferentes concepções, funções e representações. É importante considerar também o recorte de classe que marca a posição que esse jovem vai ocupar na sociedade, tornando diferente a forma como ele enxerga a sociedade e como ela o enxerga.

No Brasil, as primeiras produções se iniciaram nos anos 60 e 70, trazendo a juventude ora como revolucionária, ora como violenta, isso por que ela era analisada pelas suas ações políticas. Durante a década de 80 a produção sobre a temática caiu e os olhares se voltaram para os jovens no mercado de trabalho bem como a criminalidade juvenil. É na década de 90 que recai sobre os jovens um viés individualista.

De acordo com Groppo (2000) a juventude não é nem conservadora e nem progressista por si só, mas a forma como ela colocar frente a sociedade vai variar com o contexto social vivenciado e coloca a juventude como sendo um momento de transição para a vida adulta. Traz a concepção de juventude como sendo mais do uma classificação etária e sim a representação de um momento de transição para a vida adulta. Ainda segundo esse autor a

juventude apresenta um conjunto de comportamentos, atitudes e situações em comum, o que não a classifica como sendo uma categoria homogênea.

A juventude muitas vezes se apresenta em uma imagem de transitoriedade, como afirma Dayrell (2003): o jovem é um constante “vir a ser”, ou seja, está passando pelo momento de mediação de uma fase para outra da vida. Dessa forma, nega-se o presente vivido por eles e projeta suas ações presentes visando apenas importância para o futuro. O autor apresenta ainda mais dois equívocos na forma de compreender a juventude: ser vista de uma maneira romântica, ou seja, como uma fase de liberdade, tempo de experimentações e descobertas, ou como fase conflituosa, um período de crise onde ocorre um afastamento da família e do meio social.

Segundo Pervalva (1997) a juventude deve ser analisada como uma condição social e um tipo de representação. O autor afirma também que ela deve ser enxergada como uma categoria heterogênea, uma vez que as condições culturais, territoriais e materiais interferem na forma como essa categoria vai se apresentar.

Outra autora que estuda essa temática é Abramo (2005), que coloca que há uma diferença entre *situação juvenil* e *condição juvenil*. A *condição juvenil* é a dimensão comum a todos os jovens, a forma como a sociedade atribui significado a essa fase da vida. Já a *situação juvenil* é a dimensão específica vivenciada por cada jovem, sendo a forma como ele se insere social, política e economicamente, a representação das suas experiências, demonstrando sua condição demarcada pelas diferenças sociais (classe, gênero, etnia, etc.).

Dessa forma, a juventude é uma representação social e uma situação social ao mesmo tempo, que se forma através de representações simbólicas, um conjunto de comportamentos, atitudes e situações vivenciadas em comum (GROPPO, 2000). Essas situações se apresentam de diferentes maneiras em cada contexto social, se diferenciando a partir da classe social, grupo étnico, nacionalidade e gênero. Mesmo com situações em comum, elas são vivenciadas e experimentadas de forma diferente por cada jovem o que justifica o seu entendimento enquanto uma categoria social heterogênea, justificando assim o emprego do termo “juventudes” no plural, ao invés de “juventude” no singular.

3. Os jovens pobres e a territorialização da cidade

Para discutir a vivência do território pelos jovens pobres se faz necessário discorrer sobre a categoria cidade. Esta segundo Cassab apud MATOSSO (2010) “é uma das

expressões mais acabadas do capitalismo. Ela é uma forma de ordenação do espaço pelo homem que reflete suas formas de organização, tanto em suas relações entre si, como as que estabelece com o mundo da natureza” se transformando, assim, no lugar que potencializa o consumo e a fragmentação.

Devido as transformações sócio-econômicas da atualidade, vem sendo produzidos novos significados em relação a cidade, fazendo com que o fenômeno urbano no Brasil ganhe um olhar especial, já que os espaços estão sendo construídos apresentando características próprias, mas sem perder a relação com o espaço maior.

É por ocorrência dessas transformações que a população tem crescido e empobrecido nas cidades, que sendo considerada produtora de pobreza, vem cada vez mais reforçando a precarização das condições de vida. Santos (1993) nos traz o conceito de que a cidade reforça a condição de pobreza, afirmando que *“morar na periferia é condenar-se duas vezes a pobreza”*, uma vez que ser morador de determinados lugares define quem é mais ou pobre, trazendo a ideia de que a pobreza também é consequência de um modelo territorial.

O fato de que os serviços oferecidos na periferia são, muitas vezes, precários reforça essa rotulação, e na maioria das vezes os moradores desses bairros possuem acesso diferenciado aos equipamentos de educação, saúde, transporte, sendo, portanto “prisioneiros” do bairro onde moram.

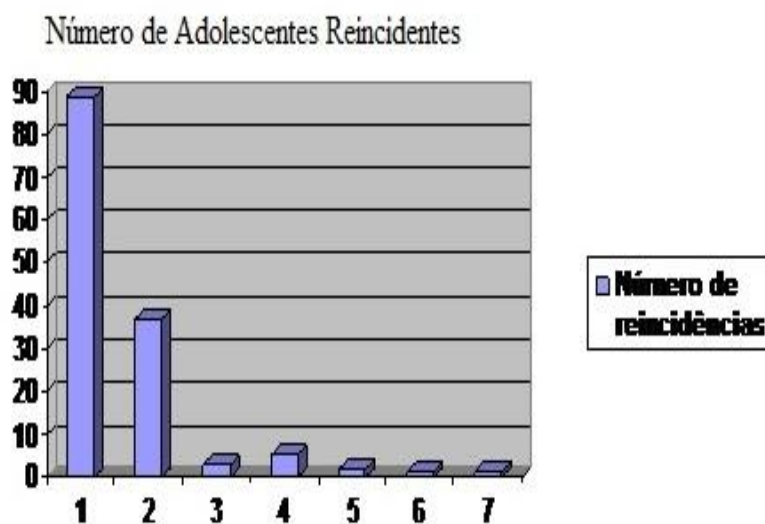
Para os jovens essa dificuldade de acesso não é diferente, visto que todo esse processo de territorialização dificulta que o jovem pobre tenha condições de circular pela cidade, dificultando a apropriação da cidade. O que favorece a rotulação desses jovens pobres, que sendo moradores de periferia são vistos, muitas vezes, como criminosos, perigosos e marginais.

4. Os resultados da pesquisa

É importante considerar que os dados obtidos na pesquisa refletem a trajetória de vida dos adolescentes. Em síntese, os dados obtidos na pesquisa apontam para um total de 1357 adolescentes, sendo que destes 86,1% são do sexo masculino e os 13,9% restantes do sexo feminino. No que diz respeito as idades dos adolescentes pesquisados, a maioria tinha entre 15, 16 e 17 anos, com 18%, 28,1% e 36,5%, respectivamente. As informações sobre estudo e trabalho dos adolescentes não foram consideradas, uma vez que quase não constavam nos autos essas informações.

Para analisar os dados obtidos a respeito da reincidência foi realizada a separação dos jovens reincidentes do total de jovens pesquisados, para que a partir daí fosse possível traçar um perfil a respeito desse jovem.

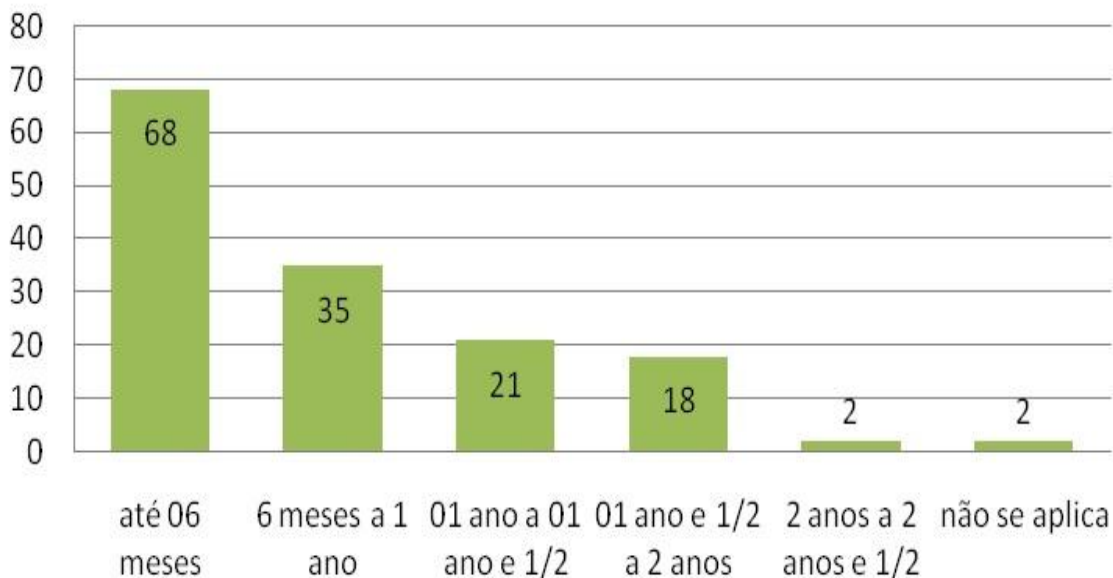
A imagem 1 mostra o total de jovens reincidentes e o número de vezes que cometeram algum ato.



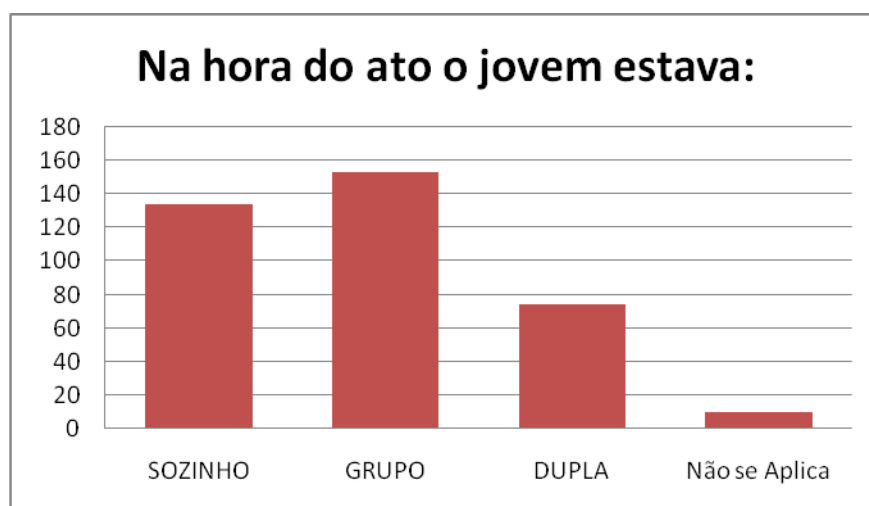
A imagem mostra que do total de 1357 adolescentes encontrados na pesquisa, apenas 146 jovens cometeram mais de um ato infracional, sendo 145 do sexo masculino e apenas 1 do sexo feminino. Observa-se também que no total de atos cometidos a maioria foi por jovens do sexo masculino, sendo que apenas o ato de “falsidade ideológica” apresentou um equilíbrio, sendo 49% do sexo feminino e 51% do sexo masculino. Essa relação reforça a ideia de que as jovens cometem menos atos infracionais de toda natureza.

A imagem 2 mostra que dentre esses 146 jovens, 68 deles praticaram outro delito dentro de até 6 meses, o que representa menos da metade dos reincidentes. 35 deles demoram de 6 meses a 1 ano e esse número vem diminuindo com o passar do tempo. O que reforça a importância de uma política pública capaz de atuar junto a esses jovens para estender esse tempo o máximo possível, de forma que os jovens não cheguem a cometer o segundo ato.

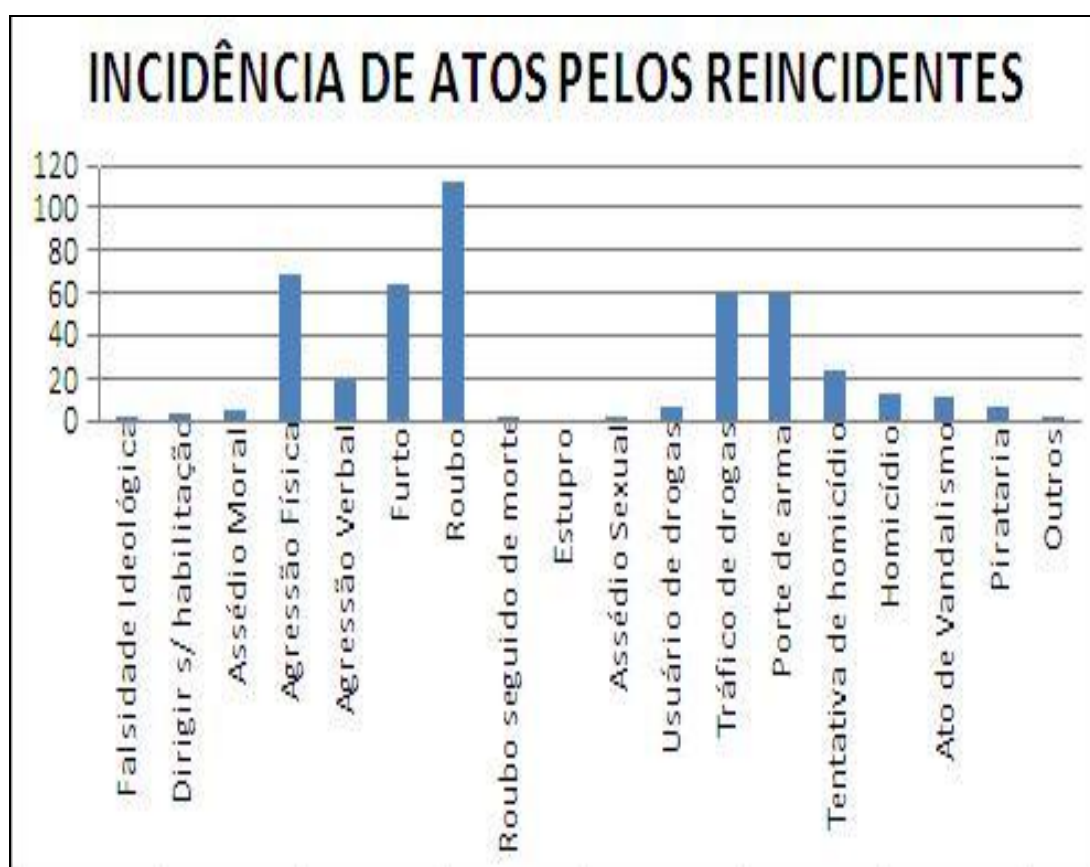
ESPAÇO TEMPORAL ENTRE A 1ª E 2ª OCORRÊNCIA



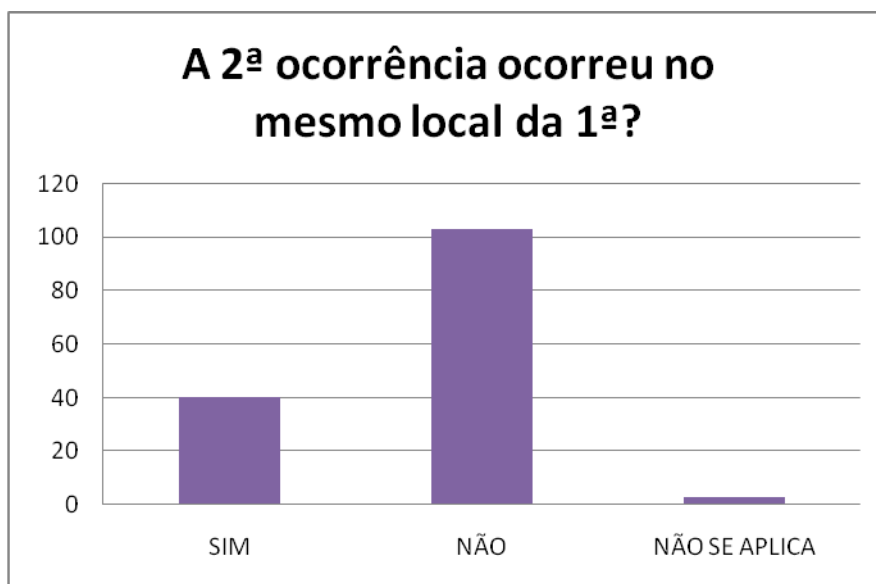
Na parte do questionário que dizia respeito a descrição do ato, foram levantadas questões como: se no momento do ato o jovem estava sozinho, em grupo ou em dupla. Nos adolescentes reincidentes a maioria cometeu o segundo ato estando em grupo – como apresenta a imagem 3. Diferentemente do encontrado no total de autos analisados, onde o percentual de adolescentes que se encontravam sozinhos (40%) ou em dupla (17,4%) soma mais de 50%, desconstruindo a ideia de que os jovens pobres sempre andam em “bando” e de que estão envolvidos em gangs e ações criminosas. Esses dados demonstram que os jovens não se organizam para a prática dos atos infracionais, inclusive nos atos que envolvem tráfico de entorpecentes, o adolescentes estão sozinhos, sem nenhum preparo e sem associação com algum movimento organizado.



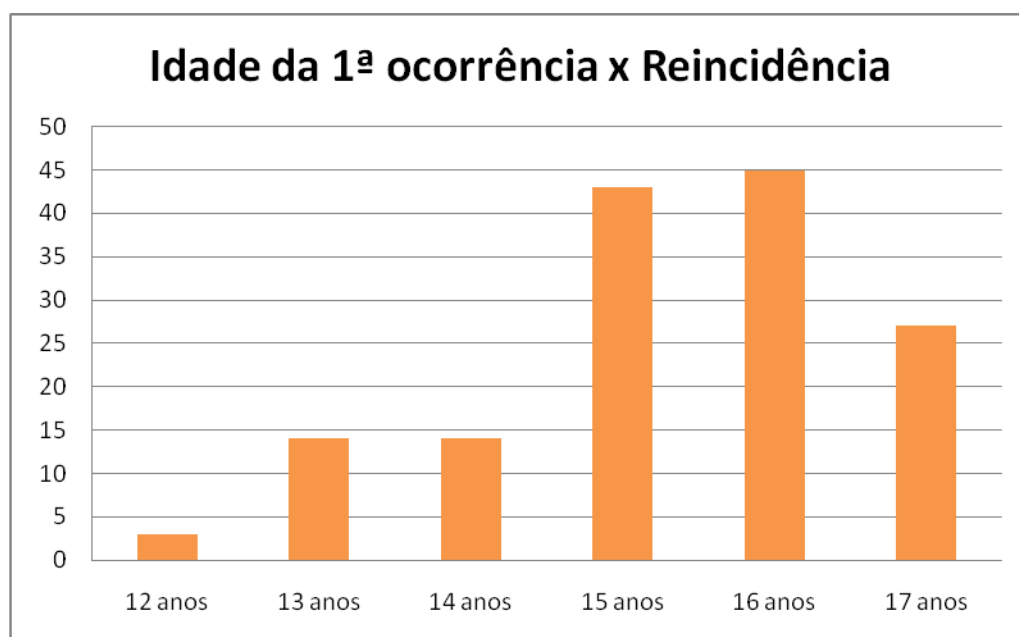
A análise do ato cometida de maior incidência evidencia que o ato infracional mais cometido pelos jovens é o roubo, seguido da agressão física e depois o furto, como mostra a imagem 4. Percebe-se uma inversão em relação ao total de atos, uma vez que a agressão física é o ato mais cometido pelos jovens, no que se refere aos atos cometidos contra pessoas, seguido por roubo e agressão verbal. Vale destacar que nenhum jovem reincidiu por estupro.



A respeito do local de ocorrência do primeiro e do segundo ato, percebemos que na maioria das vezes eles não são cometidos no mesmo bairro, como mostra a imagem 5. No total de autos também podemos analisar o trânsito dos jovens pela cidade, uma vez que é possível perceber que os atos cometidos não são cometidos nos bairros que são locais de moradia dos jovens.



Foi analisado também a idade que o jovem tinha na primeira ocorrência em comparação com a idade que ele tinha no período da reincidência. Concluímos que a maioria dos jovens comete o primeiro ato na faixa dos 15 e 16 anos. O que nos faz pensar em uma política que atue nessa faixa etária, para que o jovem não siga por esses caminhos. É possível pensar em estratégias que visem a entrada do jovem em um curso técnico, uma vez que essa é a idade de estar no Ensino Médio, para que a partir daí ele tenha um respaldo para sua escolha no mercado profissional. É possível pensar em projetos educativos que ocupem o tempo ocioso dos jovens, dificultando que ele passe seu tempo livre na rua, e dessa forma dificultando a sua entrada nas redes ilegais.



5. Considerações finais

É muito claro que as condições materiais e culturais que envolvem a juventude, bem como o território em que vivem, determinam suas faces. Nesse sentido, se faz importante apreender as particularidades de cada território, visto que o local onde o jovem mora é considerado fator de segregação podendo indicar uma subalternidade econômica e uma diferenciação de classe social.

A partir dos resultados obtidos na pesquisa e apresentados no artigo, é possível concluir que durante o período analisado (que foi de 2009 a 2006), os números mostram que o índice de reincidência desses jovens é pequeno, representando menos que 15% do total. Dessa forma, baseado nos resultados da pesquisa, desconstruímos a imagem de um jovem rebelde, ligado a criminalidade e muitas vezes marginalizados. A ideia que o senso comum traz de que “um infrator vai ser sempre um infrator” não encontra, na pesquisa, meios que reforcem e validem esse conceito. Esse tipo de rotulação só reforça o preconceito vivido e sentido pelos jovens pobres.

O fenômeno da territorialização é uma questão muito importante a ser analisada quando se pensa em políticas públicas para os jovens, uma vez que tal fenômeno reforça e amplia as condições para que os jovens entrem cada vez mais cedo nessas redes ilegais. Isso se dá por que as políticas oferecidas para eles na atualidade vem se mostrando deficitárias e pouco atraentes, por não representarem a realidade vivida por eles. A oportunidade de acesso a

cidade pode oferecer ao jovem uma variedade de relações, que ele extrapola aquele que se coloca para ele no seu local de origem. Dessa forma, o jovem é apresentado a um novo horizonte de oportunidades e experiências na vida social.

Os jovens pobres não tem acesso, e quando o tem é de forma mínima, aos benefícios oferecidos pelas sociedades urbanas modernas – saúde, educação e cultura – isso por que o acesso a esses serviços nas áreas de periferia é muito diferenciado. Existe uma dificuldade de acesso as políticas e serviços públicos pelos jovens, uma vez que morar na periferia produz um isolamento social, o que faz com o acesso aos bens que a cidade oferece se torne mais difícil.

É importante que os jovens sejam vistos não como o “vir a ser” mais como sujeitos do agora, capazes de fazer suas próprias escolhas, sem a necessidade do controle social sobre eles, mas sim visando criar oportunidades para que eles não se envolvam no mundo do crime.

Diante disso, se faz importante e extremamente necessário que se invistam em políticas públicas voltadas especificamente para esse público, uma vez que com as poucas políticas voltadas para eles a reincidência já não se apresenta como uma pratica recorrente entre os jovens que comentem algum ato infracional.

6. Referências Bibliográficas

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural in *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, n. 5/6, 1997.

GROPPO, Luís Antônio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro, IDIFEL, 2000.

CASSAB, M. A. T. Juventude e Políticas Públicas no Brasil nos anos 1990. Notas de uma pesquisa sobre jovens em Juiz de Fora – MG in *Revista Libertas: Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora*, v.6, v.7, n 1/2, jan./dez. 2006/2007.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social, *Revista Brasileira de Educação*, n24, set./dez., 2003.

MATTOSO, Francinelly Aparecida. Dinâmicas sócio-espaciais e as experiências dos jovens na cidade desigual. *Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora*, Juiz de Fora, 2010.

ABRAMO, H. W. Condição Juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (orgs.). Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2005.

HELLER, A.; FEHÉR, F. **A Condição Política Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.